

**RIAL, Carmen e SCHWADE, Elisete (orgs.), 2016.**

*Diálogos antropológicos contemporâneos*

*Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia. 188 pp.*

Caroline Farias Leal Mendonça

Antropóloga. Professora da Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB-CE).

carolineleal@unilab.edu.br

Esta coletânea reúne várias intervenções teóricas que sublinham a questão dos *diálogos antropológicos contemporâneos*, parte da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia realizada em agosto de 2014 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os textos aqui reunidos visonam posições modernas e criativas para uma ciência antropológica atualizada, e como explicam as organizadoras na introdução ao livro, “certamente chancelam diálogos futuros, com análises críticas e propositivas sobre os dilemas, desafios e perspectivas que permeiam os atuais processos de expansão e transformação da antropologia no Brasil” (:11). Contém uma apresentação de Antonio Carlos de Souza Lima, presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), uma introdução da Carmen Rial e Elisete Schwade e onze textos dispostos em duas partes que organizam as interlocuções entre campos teóricos e temáticos representados por pesquisadores/as do Brasil, Portugal, Estados Unidos, França e Holanda.

A primeira parte do livro, “Prática e eficácia do diálogo na Antropologia”, é uma seção dedicada a dilucidar como a antropologia elabora epistemicamente posições dialógicas para a explicação de realidades plurais e intervenção em contextos específicos e multisituados. O texto de Antonio Arantes abre este debate evidenciando as contribuições teóricas de Sally e Richard Price para o entendimento de *diálogos* como “confronto e troca de ideias entre correntes e linhas de pensamento antropológico e com outras formas de conhecimento, *acadêmicas ou não*” (:21 – grifo do autor). No capítulo seguinte “Reflexões sobre 50 anos de diálogos antropológicos” Richard e Sally Price analisam as mudanças substanciais nas etnografias a partir dos anos 1980 provocadas pela crítica dos métodos tradicionais que sustentavam diferenças no poder entre o antropólogo como única autoridade e o nativo-informante. As reconfigurações na formação em antropologia produzidas neste período inauguraram novas concepções e modos de construir diálogos nas pesquisas de campo e nos textos etnográficos. Mas não sem tensionamentos como sugere a própria experiência intelectual e prática dos autores, através da qual defendem a interdisciplinaridade, as parcerias transnacionais e a interlocução fora dos campos tradicionais da

pesquisa antropológica como tipos de diálogos que postulam trocas intelectuais necessárias à construção de teorias antropológicas seriamente engajada e atenta a novas ideias e tradições do conhecimento não hegemônicas.

O enlace dos artigos no livro amplia as possibilidades de construção de diálogos contemporâneos na antropologia enfrentando o racismo epistêmico nos estudos étnicos. O capítulo intitulado “Os antropólogos indígenas – dilemas e perspectivas”, de João Pacheco de Oliveira, vai nesta direção e destaca as “potencialidades da antropologia radicada em instituições universitárias em terras brasileiras” (:43) para o reconhecimento das epistemologias indígenas e da sua complementariedade na produção de uma ciência rigorosa e colaborativa com os direitos destes povos. No texto “Índigenas antropólogos: entre a ciência e as cosmopolíticas ameríndias” o autor Gersen Baniwa posiciona-se como “um sujeito histórico particular que se apropria das diversas e possíveis lentes da antropologia para ler os diferentes mundos: indígena e não indígena” (:47). O debate proposto é inquietante e profícuo porque traz elementos teóricos significativos para o reconhecimento de uma corpo-política do conhecimento questionadora da “hegemonia autoritária da epistemologia universitária eurocêntrica no âmbito da própria ciência antropológica” (:53). Se compreendemos as cosmopolíticas ameríndias como um tipo de diálogo antropológico capaz de reposicionar no poder autonomias interdidas pelo racismo epistêmico presente na academia, na sociedade e nas instituições do Estado nacional, este texto nos subsidia para uma reflexão mais cuidadosa sobre a politização das pesquisas antropológicas. Na sequência, Tônico Benites, no capítulo “Trajetória e atuação de um antropólogo indígena” nos oferece um arcabouço de experiências vividas que analisa o papel, atribuições, compromissos e perspectivas dos/as antropólogos/as indígenas, com especial atenção ao campo dos direitos territoriais. Por meio de suas observações etnográficas e da própria relação de pertencimento com os povos Guarani e Kaiowá, destaca que estudantes e lideranças indígenas, sobretudo de seus povos, “consideram que o antropólogo indígena é essencial, por acabar fortalecendo as demandas e a luta contemporânea pela demarcação das terras” (:64). Este capítulo encerra a primeira parte do livro e nos permite problematizar em que medida o/a antropólogo indígena pode ser capturado pelo projeto da academia ocidental ou, ao contrário, como a academia passa a fazer parte de uma estratégia “etnofaga”<sup>1</sup> colocando em disputa os conhecimentos indígenas frente às violências epistêmicas.

A segunda parte do livro, intitulada “Políticas Públicas e Antropologia em Diálogos: Patrimônio, Educação e Gênero, Raça e Processos de Deslocamentos” dedica-se ao tema dos “diálogos” possíveis no contexto da participação de antropólogos/as na formulação e implementação de políticas públicas, além da histórica produção de pesquisas na área. Ao selecionar para esta seção temas emergentes e de repercussão global, as organizadoras da coletânea chamam à atenção para os interesses comuns que pautam a internacionalização da antropologia, além de atender a uma demanda de jovens pesquisadores/as, cada vez mais significativa, que evitam lugares comuns e anseiam (des)envolver competência teórica e prática de intervenção neste campo. O primeiro texto de Manuel Filho e Renato Athias, analisa questões centrais sobre o lugar da antropologia nos estudos museológicos e nas políticas de patrimônio, destacando as transformações nas narrativas expográficas, as concepções emergentes sobre os espaços museais e o papel social

1 Cf. DÍAZ-POLANCO, Héctor. Etnofagia y multiculturalismo. *Revista Memoria*, nº 200, octubre de 2005. Disponível em: < [http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/lauv/Etnofagia\\_y\\_multiculturalismo\\_Diaz-Polanco.pdf](http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/lauv/Etnofagia_y_multiculturalismo_Diaz-Polanco.pdf)>. Acesso em jan.2017.

dos museus e das pesquisas antropológicas em face da crescente apropriação deste espaço pelo movimento indígena para o fortalecimento de sua organização e visibilidade de sua história do ponto de vista nativo (:80). As políticas públicas em educação, gênero e sexualidade estão presentes nos dois capítulos seguintes compartilhando entre si a problemática da racialização da diferença como parte das hierarquias de poder que entram em conflito com as lutas por direitos equânimes. O trabalho de Éric Fassim, vai mostrar, a partir da análise da jurisprudência francesa sobre filiação, casamento e família, porque a política de união civil entre pessoas do mesmo sexo não é um assunto específico sobre casamento e família, e não apenas sobre heterossexualidade e homossexualidade. O debate em torno do “casamento gay” e demais direitos implica em questões políticas de relações de poder mais complexas que só podem ser pensadas, no contexto em análise, em termos de *nação* e *raça* (:105). Já o texto do antropólogo Miguel Almeida apresenta aos leitores sua trajetória política e intelectual em torno da despenalização do aborto, do casamento igualitário e sobre questões de identidade de gênero em Portugal. Demonstra como a atuação nos direitos humanos coloca em questão certezas conceituais, pois as dinâmicas que envolvem negociações de interesses coletivos também movimentam visões de mundo diversas com aliados e antagonistas. Tais experiências afetam os antropólogos e a antropologia, implica principalmente numa “constante suspeição sobre a pureza teórica, a pureza associativa, a pureza política, e tenta ligá-las entre si através de uma estratégia descritivo-analítica própria da etnografia, essa descrição do impuro” (:115).

Os três últimos capítulos do livro tratam da questão dos *deslocamentos* e as interseções com a *raça*, *racismo* e *esporte*, temas que desvelam a cartografia de poder global e seus métodos de dominação. O artigo de Cheryl Mwaria analisa o governo de Barack Obama (2009-2017), nos Estados Unidos, em relação às políticas de deportação e aprisionamento. A autora exemplifica como não há uma correspondência precisa e bem delineada entre a identidade do sujeito historicamente racializado e o projeto que Obama representou. Os dados apresentados confirmam a precária condição da população de afrodescendentes e latinoamericanos diante do não cumprimento das promessas da campanha eleitoral de Obama relativas ao desemprego, imigração e aprisionamento. Demonstram a manutenção e legitimação de um “sistema de castas raciais” e uma despolitização das minorias e pobres que relutavam em confrontar “um dos seus próprios” (:134). No recorte das políticas na área do esporte, o livro traz o texto de Vera Álvarez com uma leitura a partir do Estado, no qual os grandes eventos esportivos são entendidos como oportunidade na “reformulação geopolítica do cenário internacional. Países que não figuravam como atores de peso na comunidade internacional são hoje os que se posicionam como potências econômicas emergentes, entre eles o Brasil” (:158). E no último artigo que compõe a coletânea, o autor Niko Besnier, com uma posição mais crítica, aborda a mobilidade internacional de atletas e sugere que as mudanças na arquitetura do esporte acontecem em associação, e também como consequência, das mudanças geopolíticas de interesse capitalista afetando a vida das pessoas comuns no Sul global. Não desconsidera que as mobilidades desportivas e seus significados vão sendo entremeadas pelas dinâmicas socioculturais locais como respostas às transformações globais (:163), pois deslocamentos pode ter consequências positivas ao proporcionar uma visibilidade necessária para atletas de regiões do mundo que são - em grande parte - considerados irrelevantes. Por outro lado, reavivam antigos estereótipos coloniais e marginalizam aqueles que são o objeto desses estereótipos (:176). A reflexão trazida pelo autor é extremamente necessária

para a compreensão, em pesquisas na área do esporte, das dinâmicas de desigualdade, exploração e opressão mascaradas pelas insígnias do desporto difundidas midiaticamente como “qualidade de vida”, “cooperação”, “alegria” entre outros que definitivamente não se realizam como projeto coletivo de transformação social para a equidade.

Os artigos reunidos na coletânea dão subsídios importantes para o entendimento de que *diálogos antropológicos* são desafios teóricos, metodológicos, éticos e políticos, o que reafirma nosso campo disciplinar como legítimo e fecundo na contemporaneidade. As possibilidades são muitas e, certamente, as contribuições contidas no livro estão à disposição para serem conhecidas e examinadas com os detalhes que merecem.